



**ACÓRDÃO Nº 156/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11447/2016**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Alvarães.
- 4- **Advogado:** Não Possui.
- 5- **Exercício:** 2015.
- 6- **Responsável:** Sr. Pablo Diego Frazão Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Alvarães e Ordenador de Despesa à época.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer n. 5136/2017 – MP – RMAM, ratificando integralmente os termos do Parecer n. 610/2017 – MP – RMAM (fls. 313/318), do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mario José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Alvarães. Exercício de 2015.

*Determinações.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1- **Julgar Irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Alvarães, exercício de 2015, sob a **responsabilidade do Senhor Pablo Diego Frazão Mendes**, nos termos dos arts. 22, III, “b” e art. 25, da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 188, II e § 1º, III, “b”, da Resolução 04/02-TCE/AM;
- 10.2- **Aplicar multa ao Senhor Pablo Diego Frazão Mendes**, responsável pela Câmara Municipal de Alvarães, exercício de 2015, no **valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, por todas as infrações às normas legais e/ ou regulamentares apontadas no bojo da Proposta de Voto, quais sejam:
  - a) Ofensa ao art. 32, II, “h”, da LO/TCE c/c art. 5º, § 1º da Lei nº 10.028/00 pelo atraso no envio de dados (Relatório de Gestão Fiscal) ao sistema GEFIS, referente ao 1º semestre de 2015;



**ACÓRDÃO Nº 156/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- b) Ofensa ao art. 55, § 2º, da Lei n. 101/2000, pelo atraso na publicação do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao segundo semestre de 2015 e em razão de o portal da transparência não conter este relatório;
- c) Ofensa ao art. 48-A, I e II, da Lei Complementar n. 101/2000, pela desatualização do portal da transparência, considerando que as receitas e as licitações e contratos não foram disponibilizados;
- d) Ofensa ao princípio do equilíbrio e da responsabilidade na gestão fiscal, dispostos no art. 1º, § 1º da Lei Complementar n. 101/2000, pelo desequilíbrio financeiro ante a falta de disponibilidade financeira para adimplir as obrigações;
- e) Ofensa aos princípios contábeis dispostos na Resolução CFC n. 132/08, especialmente o da confiabilidade, pela divergência de dados relativo ao Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre, entre o sistema GEFIS e a prestação de contas anuais;
- f) Ofensa ao art. 30, I, “a” e “b”, da Lei n. 8.212/1991 e Decreto n. 3048/1999, pelo descumprimento do prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias;
- g) Ofensa ao art. 75 da Constituição da República pela ausência de controle interno;
- h) Ofensa ao art. 43, I, da Lei n. 8.666/1993, pela ausência de documentação dos licitantes não-vencedores (habilitação) das Cartas-Convite n. 07/2015 e 01/2015;
- i) Ofensa ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, pela ausência de parecer jurídico sobre as minutas de contrato nas Cartas-Convite n. 01/2015 e 07/2015;
- j) Ofensa ao art. 26, parágrafo único, incisos II e III e art. 27, I, II, III e IV, ambos da Lei n. 8.666/1993, pela ausência de



**ACÓRDÃO Nº 156/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

justificativa para escolha do fornecedor e do preço praticado e ausência de documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal no curso do processo de inexigibilidade n. 01/2015;

- k) Ofensa ao princípio da economicidade e aos artigos 6º, IX, “f”, e art. 15, V, da Lei n. 8.666/1993, pela ausência de estimativas de preços e os preços praticados no mercado em todas as cartas-convites;
- l) Ofensa ao art. 6º, IX, e art. 15, §7º, II, da Lei n. 8.666/1993, pela ausência de estudos técnicos preliminares justificadores dos quantitativos adquiridos e/ou dos valores estimados nas aquisições ou prestações de serviços;
- m) Ofensa ao princípio republicano da prestação de contas, pela não alimentação do Sistema de Atos de Pessoal (SAP);
- n) Ofensa à Resolução n. 002/2013-Câmara de Alvarães, pelo pagamento de salários em valores inferiores aos previstos na citada norma

**10.3- Determinar o julgamento em alcance do Senhor Pablo Diego Frazão Mendes no montante de R\$ 34.207,67 (trinta e quatro mil, duzentos e sete reais e sessenta e sete centavos), nos termos do art. 304 c/c art. 305 da Resolução 4/2002 – TCE/AM, pelo dano ao erário em vista do pagamento de juros e multas no atraso de recolhimento das contribuições previdenciárias;**

**10.4 - Fixar o PRAZO de 30 (TRINTA) DIAS para o recolhimento aos cofres estaduais referente à multa e aos cofres municipais referente ao julgamento em alcance dos valores das penalidades impostas, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n. 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa e do julgamento em alcance deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n. 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução 04/02);**



**ACÓRDÃO Nº 156/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.5 - Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações**, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n. 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02;

**10.6 - Determinar** ao atual Presidente da Câmara Municipal de Alvarães a adoção das seguintes medidas:

- a) Observância das disposições contidas no artigo 70, da Constituição Federal/88, adotando ações que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, nos termos dos arts. 31 e 74 da Constituição Federal;
- b) Observe os valores salariais estipulados na Resolução n. 002/2013 – CÂMARA DE ALVARÃES, uma vez que os valores contidos na folha de pagamento não estão compatíveis com os valores fixados na sobredita norma.

**10.7 - De acordo com o voto Destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva**, determinar a remessa dos autos ao Ministério Público do Estado do Amazonas – MPE/AM.

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 13 de março de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1 – Auditor presente e Relator:** Mario José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**MARIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**

Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral